



aicep Portugal Global

AGÊNCIA PARA O INVESTIMENTO E COMÉRCIO EXTERNO DE PORTUGAL, E.P.E.

(AICEP)

**CONSULTA PRÉVIA PARA CONTRATAÇÃO DE OBSERVATÓRIO DE E-COMMERCE
– TENDÊNCIAS NO COMÉRCIO INTERNACIONAL COM IMPACTO NAS OPÇÕES
DAS EMPRESAS PELOS CANAIS ON E OFFLINE**

CPR 92/2021 (DP)

CONVITE



aicep Portugal Global

A Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E., vem pela presente convidar V. Exa. a apresentar proposta, no âmbito do procedimento identificado em epígrafe, nos termos e condições que a seguir se indicam:

1. O objeto do procedimento consiste na Contratação de Observatório de E-commerce – Tendências no comércio internacional com impacto nas opções das empresas pelos canais on e offline.
2. A entidade adjudicante é a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E., abreviadamente AICEP, número de identificação fiscal 506 320 120, com sede na Rua Júlio Dinis, n.º 748, 8.º Dt. º, 4050-012 PORTO e instalações na Rua de Entrecampos, 28, Bloco B, 12.º, 1700-158 LISBOA.
3. A decisão de contratar foi tomada pelo Conselho de Administração da AICEP.
4. O CPV da presente aquisição é o 79400000-8-Serviços de consultoria em matéria comercial e de gestão e serviços conexos.
5. A escolha do procedimento por ajuste direto baseia-se em função do valor, conforme disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP.
6. Qualquer referência nestas peças do procedimento a um fabricante, a um processo específico de fabrico, a marcas, patentes ou modelos e a uma dada origem ou produção considera-se acompanhada da menção «ou equivalente».
7. Nos termos do artigo 109.º, n.º 1 do CCP, a competência para a prática de todos os atos do presente procedimento, com exceção dos previstos na segunda parte do n.º 2 do artigo 69.º do Código dos Contratos Públicos, é do júri do procedimento.
8. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão das peças do procedimento são solicitados pelo interessado, por escrito, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação da proposta e, no mesmo prazo, o interessado deve apresentar uma lista na qual identifique, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do presente procedimento, nos termos do disposto no artigo 50.º do CCP.
9. O prazo limite para apresentação da proposta termina às **23h59 do 5.º dia** posterior ao envio do convite.
10. Os documentos que constituem a proposta são apresentados através do Link público disponibilizado pela plataforma de contratação pública AcinGov (<https://www.acingov.pt>), nos termos da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.



11. Em cumprimento das disposições conjugadas do n.º 5 do artigo 54.º e do n.º 4 do artigo 68.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, todos os documentos que compõem a proposta, devem ser assinados, com recurso a assinatura eletrónica/digital qualificada, os quais são emitidos por uma entidade certificadora credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança (informação disponível em www.gns.gov.pt).
12. Nos casos em que o certificado utilizado não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, como é o caso, por exemplo, do cartão de cidadão, o concorrente deve submeter, obrigatoriamente, um documento indicando o poder de representação e de assinatura, designadamente, uma certidão do registo comercial ou uma procuração, conferindo os poderes necessários para o efeito.
13. Na proposta, deve o concorrente manifestar a sua vontade de contratar e indicar as condições em que se propõe fazê-lo.
14. O concorrente deve instruir a proposta, com os seguintes documentos:
 - a) Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP, conforme Modelo que integra o presente Convite como Anexo I;
 - b) Documento(s) que contenha(m) os atributos da proposta de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, nos seguintes termos, incluindo o preço global da proposta, arredondado à segunda casa decimal, que não deve incluir o valor do IVA e respetivos valores unitários.
 - c) Documentos que permitam avaliar a:
 - i. Experiência da equipa compatível com a natureza do trabalho;
 - ii. Abordagem metodológica da proposta, com discriminação das atividades e processos a desenvolver;
 - iii. Consistência da proposta, com cronograma e etapas bem definidos.
 - d) Documento com a indicação do código de acesso à certidão permanente do registo comercial ou a certidão permanente do registo comercial e procuração, por forma a relacionar o assinante com a sua função e poder de representação para efeitos de assinatura dos documentos que instruem a proposta.
15. O concorrente poderá ainda indicar outros aspetos que considere relevantes para a apreciação da proposta, desde que os mesmos não contrariem as peças do procedimento.



16. Os documentos que integrem a proposta, nos termos do artigo 58.º do CCP, são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.
17. Não é admitida a apresentação de proposta com alterações de cláusulas do Caderno de Encargos.
18. Não é admissível a apresentação de propostas variantes.
19. O prazo da obrigação de manutenção da proposta é de 66 (sessenta e seis) dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação da mesma.
20. A proposta apresentada não será objeto de negociação.
21. Não pode ser concorrente ao presente procedimento a entidade que incorra nos impedimentos previstos no artigo 55.º do CCP.
22. Critério de adjudicação: A adjudicação será efetuada segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de multifator, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 74.º do CCP, de acordo com os seguintes fatores:

- **Avaliação Técnica (AT)**, com uma ponderação de 60%, composta pelos seguintes subfactores:
 - i. Experiência da equipa compatível com a natureza do trabalho;
 - ii. Abordagem metodológica da proposta;
 - iii. Consistência da proposta.
- **Fator Preço (FP)**, com uma ponderação de 40%.

1. A pontuação do fator **Avaliação Técnica (AT)** corresponde ao resultado da soma das pontuações parciais obtidas em cada subfactor multiplicadas pelo valor dos respetivos coeficientes de ponderação. Os coeficientes de ponderação dos subfactores da Avaliação Técnica constam da tabela seguinte:

Experiência da equipa compatível com a natureza do trabalho	30%
Mais de 5 anos de experiência de trabalho em temas diretamente relacionados com estratégia em comércio internacional e prospetiva	30
Mais de 3, mas menos de 5 anos de experiência de trabalho em temas diretamente relacionados com estratégia em comércio internacional e prospetiva	20
Mais de 1, mas menos de 3 anos de experiência de trabalho em temas diretamente relacionados com estratégia em comércio	10



internacional e prospetiva	
Abordagem Metodológica da Proposta	35%
Metodologia muito bem definida e estruturada, com discriminação clara das atividades e processos a desenvolver, dirigida concreta e objetivamente ao projeto em causa	30
Metodologia razoavelmente definida e estruturada, com razoável discriminação das atividades e processos a desenvolver, mas genérica de larga aplicabilidade, sem ligação específica clara ao projeto em causa	10
Consistência da Proposta	35%
Proposta muito bem delineada e organizada, com cronograma e etapas bem definidos, revelando coerência e atividades sustentadas muito bem adequadas aos objetivos	30
Proposta bem delineada e organizada, com cronograma e etapas bem definidos, revelando coerência e atividades sustentadas e bem adequadas aos objetivos.	20
Proposta razoavelmente delineada e organizada, com cronograma e etapas bem definidos, revelando coerência e atividades sustentadas e razoavelmente adequadas aos objetivos.	10

2. O **Fator Preço**, com uma ponderação de 40% é pontuado através da seguinte fórmula:

$$FP = (PB - PP) / PB * 30$$

- i. **FP** – Fator Preço (arredondado à 2ª casa decimal)
- ii. **PB** – Preço Base
- iii. **PP** – Preço da Proposta

3. A proposta economicamente mais vantajosa é a que apresenta no somatório de todos os fatores de avaliação, o valor mais elevado: **PEV=60%*AT+40%*FP**.
4. Em caso de empate entre as propostas melhores classificadas aplicam-se os seguintes critérios de desempate, por ordem de importância:
- a) A que apresentar a melhor avaliação técnica;
 - b) A que apresentar a melhor abordagem metodológica;
 - c) A que apresentar o melhor preço.



Serão excluídas as propostas dos concorrentes nos casos seguintes:

- A equipa conte com menos de 1 ano de experiência de trabalho em temas diretamente relacionados com estratégia em comércio internacional e prospetiva
 - A abordagem metodológica não esteja razoavelmente definida e estruturada, com discriminação das atividades e processos a desenvolver, sendo apenas genérica de larga aplicabilidade, sem ligação específica clara ao projeto em causa
 - A proposta não esteja razoavelmente delineada e organizada, e dela não constem cronograma e etapas bem definidos, evidenciando falta de coerência e de atividades sustentadas adequadas aos objetivos.
23. A decisão de adjudicação é comunicada através da plataforma Acingov, notificando o adjudicatário em simultâneo para apresentar, no prazo de 5 dias úteis, os documentos de habilitação, através da transmissão eletrónica de dados a saber:
- a) Declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, conforme modelo que integra o presente Convite como anexo II;
 - b) Documentos comprovativos ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, de que se encontra nas seguintes situações:
 - Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos;
 - Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos;
 - Certificados de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, da pessoa coletiva e de todos os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência da pessoa coletiva que se encontrem em efetividade de funções, destinados a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas na alínea b) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos;
 - c) Declaração relativa à proteção de dados pessoais, conforme anexo A ao Caderno de Encargos.
24. De acordo com o disposto no n.º 8 do artigo 81.º do CCP, podem ainda ser solicitados ao Adjudicatário quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações ou



aicep Portugal Global

certificações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do Contrato a celebrar, fixando-lhe prazo para o efeito.

25. A supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP, deve ocorrer no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da notificação para o efeito.
26. Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 88.º do CCP não será exigida caução.
27. Em tudo o não especificado no presente convite e no Caderno de Encargos aplicam-se subsidiariamente, as disposições constantes do CCP, bem como outras disposições legislativas e regulamentos aplicáveis.

Com os melhores cumprimentos,



ANEXO I - MODELO DE DECLARAÇÃO

(a que se refere a alínea a) n.º 1 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos)

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo ⁽³⁾:

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura ⁽⁴⁾].

⁽¹⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁽²⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽³⁾ Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

⁽⁴⁾ Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º



ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos)

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ⁽³⁾] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁽⁴⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura ⁽⁵⁾].

⁽¹⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁽²⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽³⁾ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

⁽⁴⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽⁵⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º